A renegociação dos contratos de *commodities* a termo em tempos de calamidades como efetivação da justiça

The renegotiation of term commodities contracts in times of calamity as implementation of justice

Sthéfany Beatriz Ferreira Bellan*
Roberto Wagner Marquesi**
Francisco Tadeu Lima Garcia***

RESUMO

Analisa-se a renegociação dos contratos de *commodities* a termo em tempos de calamidades como efetivação da justiça. Tal estudo se mostra pertinente em razão da resistência doutrinária e jurisprudencial acerca da dita renegociação; resistência que se fundamenta nos efeitos econômicos negativos da renegociação e que esses devem ser internalizados pelo devedor. No entanto, como se verá, a base dogmática da interpretação dos negócios jurídicos contemporâneos enseja a boa fé e seus deveres anexos, os quais traduzem um dever de renegociar quando acontecimentos imprevisíveis quebram a base do negócio jurídico. É em razão disso, que se faz necessário analisar o contexto político, econômico e a base filosófica capaz de dar legitimidade ao instituto da renegociação aos ditos contratos. Isto porque a globalização da economia deixa um vazio de legitimidade para o direito público, no entanto, o direito privado, apesar de estar posto como instrumento da razão prática, não existe para se subjugar ao mercado e sim para concretizar a justiça social no que tange a moralidade das ações esperadas pela razão. Isso tudo com o procedimento metodológico da pesquisa bibliográfica, com a revisão de obras de autores contemporâneos que se debruçaram sobre os efeitos da globalização no direito e as consequências para o direito privado, sobre o fundamento sociológico da autoridade normativa, bem como a teoria da quebra da base do negócio jurídico como instrumento jurídico para a legitimidade da renegociação do dito contrato, a despeito da resistência jurisprudencial apresentada, tudo a partir do método dedutivo. O estudo tem modalidade crítica de caráter teórico, espera-se, ao fim, auxiliar no debate sobre o tema.

Palavras-chave: globalização; legitimidade; renegociação; boa-fé objetiva.

ABSTRACT

The renegotiation of forward contracts for goods in times of calamity is analyzed as an implementation of justice. Such a study is relevant due to doctrinal and jurisprudential resistance regarding the renegotiation; resistance that is based on the negative economic effects of renegotiation and that these must be internalized by the debtor. However, as will be seen, the dogmatic basis of the interpretation of contemporary legal transactions implies good faith and the duties associated with it, which translate into the duty to renegotiate when unpredictable

Artigo submetido em 24 de fevereiro de 2024 e aprovado em 13 de março de 2024.

* Mestranda em Direito Negocial pela UEL. Especialista em Direito Agrário e do Agronegócio pela FMP-RS. Advogada. E-mail: sthefanybellan@gmail.com.

** Doutor e mestre em Direito Civil pela USP. Mestre em Direito Negocial pela UEL. Professor da UEL. Advogado. E-mail: marquesi@uel.br.

*** Mestre em Direito Político e Econômico pela Mackenzie. Especialista em Direito Tributário pela USP. Mestrando em Direito Negocial pela UEL. Advogado. E-mail: francisco.garcia@uel.br.

events break the basis of the legal transaction. It is for this reason that it is necessary to analyze the political, economic context and the philosophical basis capable of giving legitimacy to the institute of renegotiation of the contracts. This is because the globalization of the economy leaves a void of legitimacy for public law, however, private law, despite positioning itself as an instrument of practical reason, does not exist to subjugate itself to the market, but rather to achieve social justice in terms of morality of actions expected by reason. All this with the methodological procedure of bibliographical research, with the review of works by contemporary authors who focused on the effects of globalization on law and the consequences for private law, on the sociological foundation of normative authority, as well as on the theory of violation of the foundation of legal transaction as a legal instrument for the legitimacy of the renegotiation of the aforementioned contract, despite the jurisprudential resistance presented, all based on the deductive method. The study has a critical theoretical character and is expected, in the end, to assist in the debate on the topic.

Key words: renegotiation; permissiveness; globalization; objective good faith.

1 INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea, as relações econômicas são marcadas pela hipercomplexidade, o que inevitavelmente influencia a forma como os contratos são percebidos e interpretados. Em uma economia de mercado, na qual as transações comerciais têm início ou fim por meio de contratos, sejam eles verbais ou escritos, observa-se uma tendência ao dirigismo contratual baseado nos paradigmas contratuais modernos.

É um fato que em uma sociedade repleta de instabilidades e incertezas o número de inadimplências contratuais tende a aumentar. No entanto, também é um fato que essa mesma sociedade almeja previsibilidade e segurança em seus negócios, buscando negociações bem-sucedidas, com análise de riscos e institutos jurídicos que garantam a previsibilidade contratual.

A constitucionalização do direito privado, adotada por muitos países, inclusive o Brasil, estabelece a Constituição como um referencial axiológico para as condutas individuais e à atuação estatal. Nesse sentido, os princípios clássicos do contrato, como a autonomia privada, a força obrigatória dos contratos e o princípio da relatividade, não são os únicos compatíveis com o novo propósito social. Eles foram mitigados pelos chamados "princípios contemporâneos", como o princípio da função socioeconômica e o da boa-fé objetiva. Esses princípios foram incorporados ao Código Civil de 2002 como cláusulas gerais, capazes de preencher lacunas de interpretação e se expandir para além dos termos acordados pelas partes.

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo geral demonstrar que os deveres anexos à boa-fé objetiva instrumentalizam a legitimidade para as decisões judiciais que determinam a renegociação dos contratos de *commodities* em tempos de calamidades, analisando-se, para tanto, o contexto político, econômico e a base filosófica para a dita legitimidade para a renegociação.

Isto porque a globalização da economia cria um vácuo de legitimidade para o direito público, mas o direito privado, embora seja um instrumento da razão prática, não deve ser subjugado pelo mercado. Sua função é concretizar a justiça social no que diz respeito à moralidade das ações esperadas pela razão, garantindo a justiça contratual e exigindo a manutenção da função social do contrato e seu reequilíbrio quando este estiver desequilibrado por forças além da vontade das partes.

Essa análise é importante devido aos impactos econômicos decorrentes do descumprimento dos contratos estudados, que geralmente envolvem valores expressivos e acarreta inúmeros efeitos para a sociedade, tornando-se fundamental analisar a legitimidade da exigência da sua renegociação. Além disso, é importante abordar os problemas atuais

relacionados ao setor econômico estudado e os institutos jurídicos que funcionam como instrumentos para a renegociação desses contratos.

O procedimento metodológico adotado foi a pesquisa bibliográfica, com a revisão de obras de autores contemporâneos que se debruçaram sobre os efeitos da globalização no direito e as consequências para o direito privado, sobre o fundamento sociológico da autoridade normativa, bem como a teoria da quebra da base do negócio jurídico como instrumento jurídico para a legitimidade da renegociação do dito contrato, a despeito da resistência jurisprudencial apresentada, tudo a partir do método dedutivo.

2 AS CRISES PARA A LEGITIMIDADE DA AUTORIDADE JURÍDICA CONTEMPORÂNEA

Devido às múltiplas variáveis que determinam a competência do Estado em estabelecer diretrizes de conduta, é adequado chamar essa sociedade de sociedade complexa. Nesse contexto, além de exigir a consideração de diversas variantes para alcançar seus objetivos (*telos*), essa sociedade também é caracterizada pela presença de desejos distintos e conflitantes. Essa complexidade reflete a natureza multifacetada das relações sociais contemporâneas, que demandam abordagens cuidadosas e adaptáveis para lidar com a diversidade de interesses e necessidades dos indivíduos.

Na contemporaneidade, observa-se que a maneira como as interações sociais ocorrem desempenha um papel fundamental na definição das condutas esperadas dos indivíduos nas relações privadas de uma determinada comunidade (Fernández-Álvarez, 2018). Pode-se afirmar que a moralidade das ações exigidas varia de acordo com a estrutura político-econômica existente (Brina, 2016), isso ocorre porque, nos Estados Democráticos, o poder normativo reflete, em certa medida, os valores da própria sociedade, assim como a estrutura econômica na qual está inserido. Essa dinâmica resulta em diferentes níveis de regulação estatal no que tange às relações públicas e privadas, podendo ser maior ou menor dependendo do contexto.

Nesse cenário, analisando-se profundamente as divergências existentes na dita sociedade, o sociólogo econômico alemão Wolfgang Streeck aponta em seu texto “As Crises do Capitalismo Democrático” acerca do possível eterno conflito existente entre a economia capitalista e a política democrática, uma vez que “as várias crises existentes representam a condição normal do capitalismo democrático — uma condição pautada por um conflito endêmico entre mercados capitalistas e políticas democráticas” (Streeck, 2012, p. 40).

Isso se reflete nas políticas econômicas e políticas públicas implementadas pelo Estado, as quais podem ter efeitos econômicos previsíveis ou imprevisíveis, mas com o objetivo de alcançar o equilíbrio na mencionada sociedade complexa. Vale destacar que nos Estados Democráticos as políticas públicas e econômicas interferem diretamente as relações privadas, nesse contexto, o autor Streeck destaca a complexidade subjacente à justificativa das políticas econômicas de controle da inflação, uma vez que a inflação é precisamente um reflexo monetário do conflito gerado pela desigualdade na distribuição de recursos. Em outras palavras, a inflação reflete as tensões decorrentes das disparidades no desequilíbrio da distribuição de riqueza e renda dentro da sociedade.

[...] a inflação pode ser descrita como um reflexo monetário do conflito distributivo entre uma classe trabalhadora que demanda garantia de emprego, bem como uma maior participação na renda nacional, e uma classe capitalista que busca maximizar o retorno sobre o seu capital. Uma vez que os dois lados agem de acordo com ideias mutuamente incompatíveis sobre o que lhes é de direito, um deles enfatizando os usufrutos da cidadania e o outro os do poder de posse e mercado, a inflação também pode ser considerada uma expressão de anomia numa sociedade que, por razões

estruturais, não consegue chegar a um critério comum de justiça social (Streeck, 2012, p. 41).

Além dos problemas relativos aos conflitos de interesses sinteticamente apontados, a dita sociedade complexa sofre o fenômeno da globalização, que se insurge entre a eficácia estatal para resolução dos problemas sociais e as consequências econômicas, isto é, a dita “crise do Estado” apontada por Luigi Ferrajoli (Ferrajoli, 2023), ensejada pela crise da soberania estatal em razão do que o professor chama de vazio de direito público.

Tal fenômeno é diagnosticado como resultado da globalização cujos efeitos econômicos é o dito neoabsolutismo oriundo dos grandes poderes econômicos transnacionais “um neoabsolutismo regressivo que se manifesta na ausência de regras abertamente assumidas pelo atual capitalismo globalizado, como uma forma de nova *grundnorm* (norma fundamental) da nova ordem econômica e política internacional” (Ferrajoli, 2023, p. 7).

Ferrajoli ainda aponta que o fenômeno da globalização da econômica afeta também o direito, que se destaca com o também vazio de direito público, o professor não acredita existir um vazio de direito, mas somente de direito público, já que o direito privado estaria encarregado de regulamentar as relações privadas e, ainda, possivelmente consolidar o imperialismo e a injustiça social.

Penso inclusive que a mesma globalização economia pode ser identificada, no plano jurídico, com esse vazio de direito público internacional adequado para regular os grandes poderes econômicos transnacionais: não, deve-se notar, um vazio de direito, que não pode nunca existir, mas um vazio de direito público, inevitavelmente preenchido por uma plenitude de direito privado, quer dizer, de um direito de produção contratual que substitui as formas tradicionais da lei e que reflete, comumente, a lei do mais forte (Ferrajoli, 2023, p. 7).

Isto é, a sociedade é complexa e os problemas sociais surgidos não poderiam ser diversos.

Jürgen Habermas no livro “A constelação pós-nacional: ensaios políticos” (2001), no capítulo “Aprender com catástrofes? Um olhar diagnóstico retrospectivo sobre o século XX” aponta acerca de um princípio da solidariedade cosmopolita para a resolução dos problemas das comunidades de risco. É possível notar que tal ideia, fundamentada numa concepção humanística das relações sociais, não é fácil de ser operacionalizada, mesmo considerando argumento hobbesiano para a manutenção dos direitos privados, já que a operacionalidade do direito, ainda que atinentes às questões privadas, enseja coerção.

A necessidade de coerção para garantir a operacionalidade do direito às questões privadas destaca a complexidade inerente às relações sociais e à busca pelo equilíbrio entre direitos individuais e o bem comum. Em suma, a resolução dos problemas sociais em uma sociedade complexa requer uma reflexão abrangente e um equilíbrio cuidadoso entre os princípios de solidariedade, direitos privados e a efetividade do direito na prática.

Tal concretização do direito e mínima resolução dos interesses conflitantes é que concede ao Estado à legitimidade para a coerção, dando a autoridade que o direito reivindica (Raz, 2011). É nessa ideia de legitimidade de uma coerção para efetivar a cooperação que Ferrajoli aponta argumento que pode ser usado até mesmo para o direito privado, quanto a esse móbil hobbesiano para superação dessa anarquia, tudo a fim de se manter a segurança e sobrevivência:

Apesar de a atual anarquia internacional equivaler de fato à primazia da lei do mais forte, não convém, a longo prazo, nem sequer ao mais forte, pois se transforma em uma insegurança e precariedade geral, já que sempre o “mais fraco”, como escreveu Thomas Hobbes, “tem força suficiente para matar o mais forte, quer por secreta

maquinação, quer aliando-se com outros que se encontrem ameaçados pelo mesmo perigo (Ferrajoli, 2023, p. 12).

Habermas também aponta para a possibilidade e operacionalidade da dita cooperação como meio de preservação dos direitos e, até mesmo o direito de propriedade, haja vista essa ideia seja oriunda da própria população de uma comunidade:

A capacidade de cooperação de egoístas racionais encontra-se exigida demais, mesmo em termos globais, pensando em termos hobbesianos a questão da possibilidade de estabilização de expectativas de comportamento social. Inovações institucionais não se concretizam em sociedades nas quais as suas elites políticas são de modo geral capazes de tal iniciativa, se elas não encontram ressonância e apoio nas orientações valorativas - previamente reformadas - das suas populações (Habermas, 2001, p. 74).

Veja-se, as relações privadas não podem ser deixadas à absoluta livre negociação de egoístas racionais, e, comumente, nos Estados Democráticos não são, uma vez que são submetidas aos princípios constitucionais alicerçados nos valores de cada sociedade.

É nesse contexto que se consolidou o conceito de Estado de Bem-Estar Social, que desempenha um papel crucial na garantia dos direitos sociais e na preocupação com o equilíbrio contratual no âmbito do direito privado. É importante ressaltar que ao longo da história das relações privadas, a intervenção estatal se revelou sempre necessária. Essa intervenção tem como objetivo estabelecer limites para evitar abusos decorrentes das disparidades de poder entre as partes envolvidas, além de garantir a aplicação efetiva das normas jurídicas, que refletem a vontade dos eleitores em um Estado democrático.

Essa intervenção estatal traz um elemento de renovação para o mundo jurídico, promovendo a concretização dos direitos sociais e assegurando a justiça nas relações contratuais.

Antón Lois Fernández-Álvarez, no texto “Estado de Bem-Estar, Instituições Públicas e Justiça Social” (2018) destaca a ideia do Estado De Bem-Estar Social, suas raízes e suas finalidades:

Pela perspectiva institucional, o Estado de Bem-estar significou o comprometimento definitivo das instituições públicas na justiça material dos indivíduos convertendo os poderes públicos em garantes da justiça social em virtude de um contrato social que Rawls definiu no começo da década dos setenta da seguinte forma: “a justiça é a primeira virtude das instituições sociais como a verdade é dos sistemas de pensamento” (Rawls, 1997), p. 15). Sob o enfoque jurídico, o Estado de Bem-estar é resultado da incorporação constitucional dos direitos sociais e, conseqüente comisso, da assunção de uma responsabilidade social do Estado surgida, já de maneira comprometida, no interior das democracias ocidentais avançadas após a Segunda Guerra Mundial, criando-se assim os Estados sociais em conjunção com os estados democráticos de direito (Fernández- Álvarez, 2018, p. 886).

Ressalta-se, pertinentemente, que a Constituição de Weimar (1919) é, sobretudo, a primeira das grandes constituições europeias a se interessar profundamente pela questão social, em contraste com a aparente neutralidade das constituições liberais do século passado (Fernández-Álvarez, 2018).

No entanto, as conseqüências jurídicas e econômicas dessa ideia política não é nem de longe bem recebida de forma unânime já que, além de notoriamente utilizar-se do poder estatal para concretizar uma dita justiça social, progressista e distributiva, se coloca como limitadora dos poderes econômicos de um mercado desregulado e imprevisível, que age conforme as próprias regras sem olhar para as externalidades negativas geradas à população que o fomenta.

Diante disso, a despeito da eterna crise do capitalismo democrático que gera o notório vazio de legitimidade normativa apontado, há que se reconhecer que há na maioria dos Estados Democráticos a ideia de se manter um mínimo de bem-estar à população, o que gerou um pouco do desenvolvimento social que se tem hoje.

Apesar das críticas direcionadas ao populismo inerente a essa abordagem intervencionista nas esferas privadas, sob o pretexto de que tal conduta estatal pode acarretar desdobramentos econômicos quase tão nefastos quanto a ausência de intervenção do Estado nas relações econômico-privadas, é inegável que a concepção de políticas intervencionistas adquiriu novo fôlego, sobretudo após as crises de 1929. Nesse período, a intervenção estatal foi convocada para socorrer a sociedade em decorrência das externalidades adversas decorrentes, em teoria, das decisões privadas do mercado, reafirmando, assim, a legitimidade das normas estabelecidas.

E é a partir desses fatos que se consolidou, também, o entendimento do não abandono da autoridade do Estado para a regulação dos problemas econômicos privados advindos do mercado, sob o fundamento de que este não se interessa pelas externalidades negativas das suas condutas tampouco deixa de transferir à sociedade as consequências dos próprios erros.

Tal análise foi muito bem-feita por Streeck:

O salto quântico da dívida pública após 2008, que desfez por completo toda consolidação fiscal porventura alcançada na década anterior, refletiu o fato de que nenhum Estado democrático se atreveu a impor a sua sociedade outra crise econômica da magnitude da Grande Depressão dos anos 1930, como punição para os excessos de um setor financeiro desregulamentado. Mais uma vez, o poder político foi chamado a colocar à disposição recursos futuros a fim de assegurar a paz social do presente, e os Estados, mais ou menos voluntariamente, assumiram a responsabilidade por uma significativa parcela da nova dívida originalmente gerada no setor privado, de modo a tranquilizar os credores privados (Streeck, 2012, p. 50).

Neste contexto, a análise realizada por Streeck oferece uma perspectiva crucial sobre a interação entre o Estado e a economia, particularmente no que diz respeito à regulação dos problemas econômicos privados provenientes do mercado, uma vez que a emergência da dívida pública significativa foi resultado da necessidade dos Estados democráticos em evitar uma crise econômica de grande magnitude, imposta pelos excessos do setor financeiro desregulamentado. Assim, os Estados Democráticos, voluntariamente ou não, assumiram parte da dívida originalmente gerada pelo setor privado para assegurar a estabilidade social e tranquilizar os credores privados.

Essa dinâmica entre o setor privado e o Estado, na qual este último assume responsabilidades para manter a estabilidade, estabelece o pano de fundo para a discussão subsequente sobre os paradigmas sociais para a construção da legitimidade do Estado, especialmente no contexto dos contratos. No próximo tópico, será abordado os paradigmas sociais para a legitimidade e a regulação das relações contratuais na contemporaneidade.

3 PARADIGMAS SOCIAIS PARA A CONSTRUÇÃO DA LEGITIMIDADE: DIRIGISMO ESTATAL NOS CONTRATOS

No atual cenário, onde a intervenção estatal nas relações econômicas privadas representa um tema crucial, torna-se imperativo adentrar não apenas no contexto econômico e político que justifica tal intervenção, mas também em uma análise hermenêutica dos paradigmas sociais que moldam a mentalidade do indivíduo e, por consequência, orientam o legislador a conferir legitimidade ao Estado para regulamentar as relações comerciais (Mascaro, 2019).

Partindo da premissa da 'razão prática', concebida originalmente por Immanuel Kant e posteriormente revisada por pensadores como Jürgen Habermas (Habermas, p. 89), podemos compreender que até mesmo os discursos originados estritamente de pragmatismo se utilizam de instrumentos como o direito e a política (Pinheiro, 2020) para concretizar a intenção deontológica (K da sociedade. Clodomiro José Bannwart Júnior (2012) notavelmente salienta a perspectiva de Habermas, que aponta para uma racionalidade instrumental, a racionalidade dos sistemas, abrangendo áreas como ciência, técnica, moral, direito, política, estado e economia, como meio capaz de promover a emancipação da sociedade. Essa emancipação, segundo Habermas, se dará por meio do trabalho e da racionalidade comunicativa, posto que a interação entre os indivíduos busca reproduzir simbolicamente a vida, gerando uma lógica de desenvolvimento.

É de fundamental importância notar que a legitimação do Estado para interferir na liberdade de negociação econômica dos indivíduos ocorre em um Estado Democrático, onde direito, política, ética e moral devem ser interpretados sob a ótica hermenêutica dos fatos sociais da sociedade em questão. Nesse processo, a filosofia fornece os alicerces conceituais, enquanto a sociologia solidifica estruturalmente a razão prática. A ausência desses fundamentos torna difícil justificar a legitimidade do Estado em interferir na liberdade econômica em nome de princípios de cunho social, principalmente em uma sociedade fragmentada, na qual os valores éticos não são consensuais, caracterizando-a como uma sociedade complexa.

No entanto, mesmo diante desse desafio, intelectuais notáveis como Jürgen Habermas e outros expoentes da Teoria Crítica buscaram audaciosamente transcender o paradigma filosófico-jurídico do positivismo. Essa empreitada significativa teve início no pós-guerra, marcado pelas cicatrizes da devastadora experiência da Alemanha nazista. Sob o nome de 'Reabilitação da Razão Prática', esse projeto ambicioso visou lançar luz profunda sobre o que podemos denominar como 'direito contemporâneo'. No domínio da filosofia, esse projeto abarcou a ousada aspiração de resgatar e unificar os aspectos morais, políticos e jurídicos, forjando assim uma compreensão mais profunda e integrada dessas dimensões intrinsecamente interconectadas (Bannwart Júnior, 2015).

Cumprido salientar que as teorias críticas, originadas no final da década de 1920, representaram um esforço conjunto de intelectuais que se uniram com o propósito de explorar alternativas para a superação do capitalismo em meio às turbulências do cenário alemão durante as guerras. Esse esforço interdisciplinar envolveu teóricos de diversas áreas, como direito, economia e afins, e ficou conhecido como a "Escola de Frankfurt". Ainda que influenciados pelos princípios marxistas, esses pensadores se basearam igualmente na crítica e na desconfiança em relação à revolução preconizada por Karl Marx, desempenhando, assim, um papel crucial na evolução do pensamento crítico contemporâneo (Mascaro, 2023). Tal fato ficou conhecido como a virada pragmático-linguística que ocorreu no pós-guerra, com o apoio da denominada 'reviravolta pragmática-linguística' e introduziu um novo paradigma que transcendia o ceticismo e o pessimismo pós-moderno, centrando-se na comunicação e linguagem como pilares da reflexão filosófica.

Nas teorias sociais, o paradigma que passou a lançar uma nova luz sobre a sociedade contemporânea foi o das 'sociedades complexas', conforme expresso por Niklas Luhmann. Esse paradigma, de certo modo, melhor reflete a pluralidade dos tempos atuais. Niklas Luhmann apresentou um paradigma social que estratifica as ciências e legitima tudo que é conduzido pelo procedimento, uma abordagem filosoficamente positivista ao analisar o direito, mas que proporcionou a base para a teoria do paradigma argumentativo defendida por Habermas (Mascaro, 2023).

Habermas adotou a pragmática da comunicação como o paradigma social moderno, enfatizando que, por meio do diálogo, estabelece-se um vínculo comunicativo entre os sujeitos, cria-se uma arena de entendimento comum. Nesse contexto, sob a égide de um Estado

legitimado pelo agir comunicativo e pelo procedimento apontado por Luhmann, a ética do discurso emerge como um princípio orientador. É importante ressaltar que, para que a ética do discurso seja eficaz, a comunicação deve ser livre de dominação. No entanto, é inegável que, em uma sociedade de massa, a dominação do sistema econômico vigente é evidente. Ainda assim, Habermas contribui significativamente ao instigar a reflexão sobre um paradigma jurídico embasado na comunicação, buscando legitimidade nos valores morais e éticos subjacentes à sociedade (Mascaro, 2023).

Neste contexto, percebe-se que, longe de buscar uma ruptura com as normas estabelecidas, o paradigma social moderno, como indicado por Luhmann e enfatizado por Habermas, busca a legitimidade por meio do procedimento. O que Habermas tenta oferecer é uma voz ao agir comunicativo, de modo que as normas procedimentais sejam reflexos dos valores presentes na sociedade.

Diante disso, é importante ressaltar que as normas constitucionais desempenham um papel fundamental na tradução desses valores e na busca pela legitimidade das intervenções estatais. Isso é especialmente evidente em relação a princípios como solidariedade, boa-fé e eticidade, que não apenas entram em conflito com interesses, mas também constituem a base para a resolução de disputas.

A professora Karina Nunes Fritz, doutora (*summa cum laude*) em Direito Privado pela Humboldt Universität de Berlim (2017), oferece *insights* valiosos sobre os pilares do direito privado moderno e suas implicações nos paradigmas sociais de interpretação dos contratos. O entendimento desses pilares torna-se fundamental na análise das relações econômicas privadas e da intervenção estatal, destacando ainda mais a complexidade desse debate.

Isso significa dizer que os pilares do direito privado do século XXI devem ser a autonomia privada e a proteção do hipossuficiente e de terceiros, o que traz consequências importantíssimas para o direito obrigacional na medida em que reafirma a necessidade de tutelar e assegurar a autonomia material (e não apenas formal) das partes e traz para o campo de proteção também terceiros estranhos à relação, tradicionalmente não afetados por sua eficácia em razão do princípio da relatividade dos contratos (Fritz, 2012, p. 4).

Isso se coaduna com o paradigma filosófico da legitimidade, em consonância com a interpretação da teoria tridimensional do direito, conforme preconizada por Miguel Reale, revela-se como um instrumento essencial para a compreensão do Direito em sua complexidade. De acordo com Reale, o Direito não pode ser reduzido a uma única dimensão, pois transcende a mera formulação de normas, adentrando nos domínios dos fatos e dos valores (Gomes, 2013).

O entendimento dessa abordagem tridimensional do Direito encontra sólida fundamentação no ordenamento jurídico brasileiro, particularmente no Código Civil de 2002, que estabelece suas bases nos princípios da operacionalidade, eticidade e solidariedade.

Destarte, uma das inovações mais marcantes incorporadas pelo Código Civil Brasileiro é o instituto da função social do contrato, cuja introdução reflete de maneira inequívoca a influência da perspectiva culturalista e tridimensional do Direito. O artigo 421 do Código Civil proclama que a liberdade contratual deve ser exercida dentro dos limites da função social do contrato. Este dispositivo, incorporado no novo Código Civil, constitui um dos pilares mais substanciais de intervenção jurídica em nosso ordenamento.

A introdução desse instituto no Código Civil, sob a égide do pensamento de Miguel Reale, confere ao Poder Judiciário um poder significativo para conter abusos, ao mesmo tempo que integra o contrato e as partes contratantes aos valores do bem comum e da finalidade social da lei.

Tal abordagem concede ao aplicador do Direito uma ferramenta essencial para equilibrar os interesses privados com o interesse público, mantendo a justiça nas relações

contratuais. Essa abordagem, alinhada com o pensamento de Miguel Reale, constitui uma tradição valiosa e um marco de inovação no Direito Civil brasileiro, permitindo a construção de uma sociedade mais justa e solidária, na qual o Direito desempenha um papel fundamental na harmonização das relações entre os cidadãos e a comunidade.

4 A RENEGOCIAÇÃO DE CONTRATOS DE COMMODITIES EM TEMPOS DE CALAMIDADES COMO JUSTIÇA

O mercado de grãos gera forte riqueza ao mercado interno. Todavia, a pandemia da covid-19 contribuiu para a elevação dos seus custos de produção. Além disso, em recente levantamento do CEPEA-USP, verificou-se que diante do conflito Rússia x Ucrânia houve a dobra dos custos de produção para alguns grãos, diminuindo sua rentabilidade.

Ocorre que os contratos de *commodities* a termo é negócio jurídico bilateral e possuem natureza aleatória. A essência desses contratos consubstancia-se na assunção de riscos inerentes ao negócio, sendo a álea (o acaso, a sorte, a fortuna) elemento central da pactuação, eis que as partes assumem os seus riscos.

Tal modalidade contratual surge como uma alternativa à obtenção de financiamentos bancário, uma vez que permitem ao produtor negociar antecipadamente a produção que irá ainda plantar, fixando, desde o início, o preço a ser pago pelo comprador. Essa espécie de contrato, traz segurança ao produtor acerca da comercialização da sua produção e tornou-se instrumento de financiamento à sojicultura no Brasil, inclusive, sob a forma de financiamento direto, mediante a entrega antecipada de parte do pagamento como por meio da entrega de insumos para o cultivo do produto.

Diante das circunstâncias de incertezas que envolvem o mercado de *commodities*, é certo que o preço das *comodities* agrícola está invariavelmente sujeito às oscilações das variáveis de sua liquidação, inclusive a nível internacional, sendo possível que o preço praticado no mercado quando do vencimento da operação pactuada através de um contrato a termo seja superior ao valor que fora antes pré-fixado. Ocorre que a situação ora vivida se reflete nas relações contratuais pela impossibilidade de cumprimento nos termos originariamente avençados, que, em regra, alicerçaram-se na autonomia privada.

Nesse cenário, há quem sustente, como o professor Luciano Timm e Luciana Yeung (2021), que essa espécie de contrato, por sua natureza aleatória, não merece renegociação entre as partes, já que muitos eventos que ensejam os pedidos de revisão são típicos do próprio setor econômico, sendo, por assim dizer, a razão de ser dos contratos a termo, o que deve ser assumido pelo devedor, sob pena de se estimular os pedidos de revisão oportunistas, gerando insegurança ao setor.

O problema se torna ainda maior porque há entendimento do Superior Tribunal de Justiça (REsp 936741/GO) no sentido de que a variação cambial não é razão para revisão contratual, entendimento esse que, apesar de não ser vinculante, se estende a grande parte das decisões judiciais sobre o assunto como pode-se citar o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo nº 1000399-02.2021.8.26.0123, o qual vale a pena citar a ementa:

APELAÇÃO. PROCESSUAL CIVIL. CONTRARRAZÕES DA PARTE RÉ. QUESTÃO PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DA APELAÇÃO DA PARTE AUTORA POR FALTA DE IMPUGNAÇÃO DA SENTENÇA. NÃO ACOLHIMENTO. Há, no apelo manejado, fundamentos de direito pelos quais a parte autora pugna pela reforma da sentença, de modo que comporta conhecimento. APELAÇÃO. COMPRA E VENDA DE SOJA COM PREÇO FIXO PARA ENTREGA FUTURA. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL CUMULADA COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. NULIDADE INEXISTENTE. RECURSO

IMPROVIDO. O juiz não está obrigado a produzir todas as provas requeridas pelas partes, caso as provas dos autos já sejam suficientes para ter formado sua convicção, podendo indeferir as que considerar desnecessárias e procrastinatórias. Ademais, no caso, a prova documental, aliada às alegações das partes, mostra-se suficiente para seguro julgamento. No contexto apresentado, inviável a anulação da sentença para complementação da prova documental, mormente considerando o disposto no art. 434 do Código de Processo Civil (CPC). APELAÇÃO. COMPRA E VENDA DE SOJA COM PREÇO FIXO PARA ENTREGA FUTURA. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL CUMULADA COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. TEORIA DA IMPREVISÃO. INAPLICABILIDADE. AUTORA QUE ASSUMIU CONTRATUALMENTE OS RISCOS NA HIPÓTESE DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. Insustentáveis as alegações da parte autora para rescisão ou revisão do contrato de compra e venda de soja com preço fixo para entrega futura. Primeiro, porque o art. 187 da CF diz respeito ao planejamento e execução das políticas agrícolas no âmbito governamental, não servindo para garantir judicialmente que sejam afastados os prejuízos da parte autora com a oscilação do preço da soja após a celebração do contrato. Segundo, porque o contrato celebrado entre as partes não autoriza a sua revisão com fundamento na teoria da imprevisão, consoante interpretação do art. 393 do Código Civil (CC). Isso porque o autor-apelante assumiu expressamente no contrato celebrado os riscos decorrentes de caso fortuito e de força maior até a efetiva entrega do produto à compradora. Terceiro, porque em se tratando de contratos agrícolas, as variações dos preços da saca da soja (e conseqüentemente dos insumos) advindas após a celebração do contrato não evidenciam acontecimentos extraordinários e imprevisíveis com o condão de autorizar a revisão da obrigação com alteração das bases contratuais, conforme entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça. APELAÇÃO. COMPRA E VENDA DE SOJA COM PREÇO FIXO PARA ENTREGA FUTURA. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL CUMULADA COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. TEORIA DA IMPREVISÃO. INAPLICABILIDADE. CLÁUSULA PENAL. VALIDADE. REDUÇÃO EQUITATIVA DA MULTA. DESNECESSIDADE, DADAS AS PARTICULARIDADES DOS CASO. INTELIGÊNCIA DO ART. 413 DO CÓDIGO CIVIL (CC). RECURSO IMPROVIDO. No caso, reputa-se válida a cláusula penal convencionada livremente pelas partes, não havendo motivo para ser afastada ou reduzida com fundamento no art. 413 do CC (TJ-SP – AC, 10003990220218260123, 2021).

Contudo, a situação ora vivida não se trata apenas de variação na expectativa de lucro dos produtores, mas de evidente onerosidade excessiva em razão de acontecimentos imprevisíveis, alterando a base fática do negócio, razão pela qual este deve ser reequilibrado de modo a se manter o sinalagma contratual e, inclusive, a própria autonomia da vontade. Isto porque, se por um lado o cumprimento desses contratos tornou-se excessivamente oneroso para as partes por circunstâncias alheias à relação contratual, por outro, a assunção de risco faz parte dos contratos, que devem ser analisados sob o critério hermenêutico de que alcancem sua finalidade de maneira equitativa.

Dessa forma, é imperioso que se faça a interpretação das cláusulas contratuais alicerçando-se no princípio da boa-fé e os seus deveres anexos, e na possibilidade de renegociação sem deixar de contabilizar os efeitos econômicos e sociais desta última, de modo que as partes alcancem os legítimos fins práticos por meio da cooperação e com sacrifícios recíprocos.

Assim, fundamentando-se nos ensinamentos dos professores Luiz Edson Fachin (2008) e Pietro Perlingieri (2008), lembra-se que a despeito de os negócios jurídicos serem uma manifestação de vontade negocial das partes e ter os seus planos de existência, validade e eficácia determinados em lei, também têm o escopo de adequar aos seus fins éticos, visando a justiça social como finalidade da livre iniciativa. O Código Civil de 2002 positivou tal entendimento, alicerçado na sua mudança estrutural em subordinar as ações privadas aos

princípios constitucionais, o que enseja a alocação de riscos em caso de perda do equilíbrio contratual.

Sob essa perspectiva é fundamental retornar-se, pormenorizadamente, aos ensinamentos das teorias acerca da renegociação de contratos em tempos de calamidade, contactando-se as diferentes formas e pressupostos de aplicação pela legislação brasileira. Entre as teorias que se pode analisar como aplicável à dogmática jurídica brasileira nesse tipo de situação é a teoria da quebra da base do negócio jurídico, eis que na modificação do estado das coisas por fatores externos ao vínculo negocial, a base objetiva do negócio estará dilacerada, ensejando a correção do equilíbrio contratual.

Nestes casos, como se pode extrair dos ensinamentos de Karl Larenz, ocorrem transformações que compõem o próprio risco do contrato, conquanto tenha havido a perda da declaração de vontade, essência do contrato. Assim, a perda da base negocial em sentido objetivo, por destruição do equilíbrio do negócio, opera quando o contrato é destruído ao ponto de não mais poder ser denominado “bilateral” (Larenz, 2018).

Destaca-se que tal teoria é melhor aplicada ao objeto de estudo porquanto esta não enseja que se comprove a onerosidade excessiva de uma parte e extrema vantagem para a outra, conforme a teoria da imprevisão positivada pelo Código Civil, em seu artigo 478, sendo, por assim dizer, mais suscetível à auxiliar na correção do equilíbrio contratual decorrente de fatores como a “assimetria das informações”, muito comum nas relações negociais estudadas.

A aplicação da dita teoria de Karl Larenz ao ordenamento jurídico brasileiro ocorre quando da inserção da cláusula geral da boa-fé objetiva, prevista no art. 422 do Código Civil e seus deveres anexos. Isto porque nada pode ser mais desleal do que exigir o cumprimento do contrato perturbado em sua base, ferindo à autonomia da vontade anteriormente contratada, razão pela qual cumprindo-se os requisitos da boa-fé objetiva o contrato deverá ser revisado ou renegociado pelas partes.

A análise da legitimidade e das funções da cláusula geral da boa-fé objetiva deve ser devidamente realizada sob alicerce da lógica da obrigação como processo como há muito nos foi ensinado pelo professor Clóvis do Couto e Silva (Couto e Silva, 2007), isto porque como bem esclarecido pela professora Judith Martins Costa, as fases de um contrato são fases de sucessivas obrigações, como um processo, sendo elas: (1) fase pré-contratual; (2) contratual; (3) pós-contratual. Todas têm as suas consequências obrigatórias, e a primeira (pré-contratual) se inicia com as negociações preliminares. As tratativas também se dividem em três momentos: (1) negociações; (2) proposta; (3) aceitação (Couto e Silva, 2007).

Nessas circunstâncias, há a possibilidade de renegociação em razão de acontecimentos supervenientes que não sejam pertinentes à alea do negócio e que trazem onerosidade para uma das partes, encontrando-se os limites para a renegociação nas próprias circunstâncias do negócio. Isto porque os paradigmas axiológicos contemporâneos da teoria do contrato exigem sensibilidade dogmática a fim de se observar os efeitos dos negócios à luz da boa-fé objetiva.

Tal pensamento ainda é apoiado por Anderson Schreiber, no livro “Equilíbrio Contratual e Dever de Renegociar” (2018), no qual o professor apresenta a existência do princípio do equilíbrio contratual e aponta para uma justiça nos contratos (Couto e Silva, 2007).

Existem institutos jurídicos de sólida consolidação que servem de alicerce para a renegociação dos contratos em análise, especialmente no que se refere às amplas discussões que permeiam as implicações sociais e econômicas dessas revisões contratuais. Contudo, é crucial recordar que os contratos são estipulados para serem integralmente cumpridos. Entretanto, as ramificações negativas decorrentes da quebra da base do negócio jurídico não devem recair exclusivamente sobre uma das partes, ou mesmo ser absorvidas pela sociedade, como é observado em contratos que, em teoria, compõem uma cadeia contratual. Neste contexto, é essencial lembrar que em uma sociedade de complexidade crescente, urge alcançar um equilíbrio entre os valores subjacentes para efetivar a justiça, sem transferir exclusivamente

para a sociedade as externalidades adversas oriundas de negócios privados

Embora os contratos sejam concebidos com a finalidade de serem integralmente cumpridos, insistir em seu cumprimento a qualquer custo como medida de justiça perfeita não se alinha com a visão de Amartya Sen. O renomado pensador rejeita veementemente a noção de uma justiça perfeita, argumentando que tal conceito não se adequa à complexidade das sociedades contemporâneas.

Amartya Sen destaca a necessidade de adaptação à heterogeneidade, às divergências e aos desacordos que caracterizam a realidade social. Nas sociedades complexas, ele defende a ideia de que a justiça não pode ser aplicada de forma uniforme e inflexível, mas sim moldada para atender a diversidade de perspectivas e circunstâncias presentes no tecido social, vale frisar um pouco do pensamento do autor:

Essas dimensões adquirem sentido, porque, no atual período, não se encontra mais um referencial seguro para fundamentar as ações e decisões políticas. Não há como agarrar-se a uma verdade que seja absoluta, nem estar seguros de que determinada ação é, antes de tudo, uma ação justa. Vive-se numa sociedade plural e complexa, e as respostas religiosas, metafísicas e transcendentais não mais se firmam como princípio integrador das diversas formas de vidas ou culturas. As concepções ideais do que constitui uma sociedade justa, como a de Rawls, não respondem à problemática da atualidade. A história nos mostrou que a aceitação dessas concepções vem acompanhada de utopias, e um exemplo é a abordagem de Hobbes seguida por Rousseau, conhecida como contratualismo. Essa abordagem é chamada por Sen de institucionalismo transcendental (Cf. Sen, 2011, p. 36). É uma abordagem que concentra a atenção no que identifica como justiça perfeita. Nessa busca por perfeição, concentrou-se demasiadamente em acertar as instituições sem focalizar direta (Salveti, et. al, 2021, p. 326).

Assim, busca-se pela remoção das injustiças evitáveis, o que pode ocorrer com a renegociação contratual desse caso.

5 CONCLUSÃO

Como se pode notar, o vazio de direito público é um fenômeno decorrente da globalização e as crises envoltas ao capitalismo democrático não refletem apenas às relações sociais públicas, mas também trazem consequências às relações privadas, razão pela qual o Estado e os institutos jurídicos devem ser eficazes em manter a justiça dessas relações.

Evidente que há múltiplas variáveis que influenciam a competência do Estado na definição de diretrizes de conduta em uma sociedade complexa, além de haver uma natureza multifacetada das relações sociais contemporâneas, caracterizadas pela presença de desejos distintos e muitas vezes conflitantes. Diante disso, incontornável é o fenômeno da globalização, que desafia a eficácia do Estado na resolução de problemas sociais, bem como os desafios para a manutenção dos interesses democráticos no capitalismo globalizado.

Assim, a legitimidade para a coerção estatal é derivada da necessidade de garantir segurança e sobrevivência, enquanto Habermas enfatizou o papel da comunicação e da ética do discurso na busca pela legitimidade das normas e valores morais na sociedade. Contudo, em uma sociedade dominada pelo sistema econômico, a dominação econômica é inevitável, e isso pode prejudicar a busca por uma comunicação verdadeiramente livre. Mesmo assim, Habermas instiga a reflexão sobre um paradigma jurídico baseado na comunicação e valores éticos subjacentes à sociedade, o que é institucionalizado dentro do Estado Democrático.

No entanto, mesmo no Estado Democrático, há um contexto incertezas, como evidenciado pela pandemia da COVID-19 e os conflitos internacionais no leste europeu que

afetam os mercados de *commodities*. Neste caso, a relação entre o Estado, os contratos e as partes envolvidas se tornam ainda mais complexa.

Diante disso, a renegociação de contratos e a interpretação das cláusulas à luz do princípio da boa-fé e dos deveres anexos se tornam essenciais para garantir que as partes alcancem objetivos práticos de cooperação, mesmo que isso envolva sacrifícios recíprocos.

Assim, a legitimidade para a renegociação do contrato estudado ganha força quando se tem como princípio a injustiça em se manter os termos de uma negociação não assumida pelas partes, o que deve ser corrigido por meio da renegociação à luz da boa-fé objetiva. Em tal situação, aplica-se o dever de renegociar para operacionalizar o *telos* esperado pela sociedade pós Constituição de 1988, qual seja, que se mantenha o equilíbrio contratual e a função social do contrato.

Em última análise, a conclusão é que a abordagem apresentada reafirma a hipótese de que há a necessidade de uma análise flexível e adaptável para lidar com a complexidade da sociedade contemporânea consagrando a necessidade de renegociação dos ditos contratos, reconhecendo a importância da cooperação, do diálogo e dos valores éticos na busca pela legitimidade e na resolução de conflitos em uma sociedade cada vez mais diversificada e interconectada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (4a Turma). **REsp: 936741 GO** 2007/0065852-6, Relator: Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Data de Julgamento: 03/11/2011, Data de Publicação: DJe 08/03/2012.

BANNWART JÚNIOR, C. J.; CACHICHI, R. C. D. (EDS.). **Sociologia Jurídica: de Acordo com a Resolução 75/2009 do CNJ Indicado Para Concursos de Magistratura, Ministério Público e Defensoria Pública**. 1ª edição ed. Arraes Editores, 2015.

_____. Globalização, empresa e responsabilidade social. **Scientia Iuridica**, Tomo LXI, n. 330, 2012.

BRINA, C. V. **Dworkin E Raz: Uma Análise Comparada Sobre O Conceito De Direito, A Relação Entre Direito E Moral, E A Interpretação Jurídica**. Dissertação (mestrado)—Belo Horizonte: Universidade Federal De Minas Gerais, 2016.

COUTO E SILVA, C.V. **A obrigação como processo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

FACHIN, Luiz Edson. **Direito civil: sentidos, transformações e fim**. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

FERNÁNDEZ-ÁLVAREZ, A. L. Estado de bem-estar, instituições públicas e justiça social. **Revista Estudos Institucionais**, v. 4, n. 2, p. 884–904, 18 dez. 2018.

FRITZ, K. N. A responsabilidade pré-contratual por ruptura injustificada das negociações. **civilistica.com**, v. 1, n. 2, p. 1–40, 6 nov. 2012.

FERRAJOLI, L. **Democracia, Estado de Direito e jurisdição na crise do Estado nacional**, 2023.

GOMES, Sergio Alves. A Teoria Tridimensional do Direito Segundo Miguel Reale: Por um Humanismo Jurídico Comprometido com a Justiça. In: AMARAL, Letícia Mary Fernandes do. **Novos Rumos do Direito**. Curitiba: Juruá, 2013.

HABERMAS, J. **A constelação pós-nacional: ensaios políticos**. Tradução: Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Littera Mundi, 2001.

_____. J. Para o uso pragmático, ético e moral da razão prática. **Estudos Avançados**, v. 3, n. 7, p. 4–19, dez. 1989.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Prática**. 1. ed. Bragança Paulista: Vozes, 2016.

LARENZ, Karl. **Base del Negocio Jurídico y Cumplimiento de los Contratos**. Argentina: Olejnik, 2018.

MASCARO, Alysson Leandro. **Introdução ao Estudo Do Direito**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

_____. **Sociologia do Direito**. 2ª edição ed. Atlas, 2023.

MARTINS-COSTA, J. **A boa-fé no direito privado: critérios para a sua aplicação**. 2. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2018.

PERLINGIERI, Pietro. **O direito civil na legalidade constitucional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

PINHEIRO, Victor Sales; NEIVA, Horácio Lopes Mousinho. Razão prática, direito e bem comum na teoria da lei natural de John Finnis. **Revista Quaestio Iuris**, v. 12, n. 2, p. 240-265, fev. 2020. ISSN 1516-0351. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/39074>>. Acesso em: 13 fev. 2023. doi: <https://doi.org/10.12957/rqi.2019.39074>.

RAZ, Joseph. **A moralidade da liberdade**. Tradução de Henrique Blecher e Leonardo Rosa. 1ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. 10003990220218260123, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 28/09/2021, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 28/09/2021

SALVETTI, É. F.; ZAMBAM, N. J. Condições da coesão social em Amartya Sen: análise da obra “A Ideia de Justiça”, de Amartya Sen. **Revista Quaestio Iuris**, v. 14, n. 01, p. 322–344, 6 abr. 2021.

SCHREIBER, Anderson. **Equilíbrio Contratual e Dever de Renegociar**. São Paulo: Saraiva Educação S.A., 2018.

STREECK, W. As crises do capitalismo democrático. **Novos Estudos - CEBRAP**, v. 31-N. 1, n. 92, p. 35–56, mar. 2012.

TIMM, L. B.; YEUNG, L.; MARANHÃO, C. **Análise econômica dos contratos futuros de soja**. YouTube-Escola da Magistratura do Paraná EMAP. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tTeoXUXW0o0>>. Acesso em: 10 abr. 2022.